

Pingue Pongue

“A ideia de fobia dialoga com medo” diz Pedro Paulo Bicalho

Uma conversa com a face da representatividade da luta histórica pela garantia de direitos e saúde mental à população LGBTQIAPN+, Pedro Paulo Bicalho, Presidente do Conselho Federal de Psicologia Brasileiro

Atuando há 25 anos com dedicação e compromisso em assegurar a dignidade, transformação de vidas e construção de seres sociais e singulares, por meio da educação e criação de políticas, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho é doutorado em Psicologia com experiência e atuação na presidência da fiscalização e execução da psicologia federal e estadual do Rio de Janeiro.

Com falas contundentes que enfatizam a trajetória cíclica da conquista de direitos e relembram o papel da representatividade e a luta pela existência da comunidade LGBTQIAPN+, a entrevista concedida no dia 15 de setembro destaca a grandiosidade das resoluções brasileiras propostas dentro e fora do país para o combate ao fundamentalismo religioso e conservadorismo.

O primeiro presidente assumidamente gay do Conselho Federal de Psicologia, desde 2022, alega:

“
Antes de mais nada, nós afirmamos que as terapias de conversão, elas são torturas e nós precisamos erradicar a tortura no nosso país. Não podemos fazer que corpos LGBTQIA + sejam submetidos a torturas como essas.”

Depois de situar o assunto da entrevista e conversar brevemente sobre sua vinda a São Paulo para uma palestra no dia anterior, as perguntas se iniciam:

Como a ideia da homossexualidade como patologia surgiu e foi sustentada sem intervenção científica?

A noção de homossexualidade foi inventada no século XIX como forma de controle dos corpos, discutida por Foucault. Houve uma apropriação de fundamentalismos religiosos para colocar certas orientações como não bem-vindas através da patologização. Inserida na classificação de doenças na década de 50, só foi retirada em 1990. Em 1999, após denúncias de ‘clínicas de cura’ no Espírito Santo, o CFP emitiu sua primeira

resolução afirmando que a homossexualidade não é doença e não há cura possível. Em 2017, enfrentamos um processo judicial que tentou permitir a ‘Cura Gay’, mas hoje estamos assegurados pelo STF. Produzimos outras resoluções sobre travestis, transexuais, bissexualidades e a população intersexo. Foi um processo custoso, com muitos ataques e haters, mas não nos acovardamos. **Qual a relação entre a religião e práticas violentas contra a causa? O que mais motiva o discurso homofóbico?** O fundamentalismo religioso é o principal fator. Através de um discurso de salvação articulado a certas interpretações da Bíblia, a homossexualidade é eleita como critério para que as pessoas não vão para o céu. Esse fundamentalismo faz da luta contra a diversidade sexual uma bandeira, o que compromete qualquer tipo de direito legislado.

Sua atuação gerou um convite da Casa Branca, através de Kamala Harris, para servir de exemplo aos EUA, certo?

Fui convidado pela Casa Branca na transição do governo Trump para o governo Biden. Participei

de um seminário para falar das experiências brasileiras na proibição das terapias de conversão. Foi um orgulho poder influenciar os Estados Unidos nesse tipo de matéria.

Como você idealiza políticas públicas que revertam a hostilidade enfrentada pela comunidade?

As políticas públicas são fundamentais para que o Estado brasileiro se responsabilize pelo cuidado dessa população. Tenho orgulho das premiações que recebi, como o Prêmio Direitos Humanos e o prêmio 'Viado Supremo' da Festa Chiquita, em Belém, que é um movimento de 50 anos invisibilizado pelo Sudeste. Essas premiações são importantes porque o movimento social nos diz que o que fazemos importa. É uma forma de chamar a atenção para que as políticas de acolhimento



Reprodução: Luiza Castro/Sul21

sejam ouvidas de verdade e presentes em nossas vidas.

A trajetória e as declarações de Pedro Paulo Bicalho evidenciam que a garantia de direitos para a população LGBTQIAPN+ no Brasil não é um caminho linear, mas uma resistência técnica e política contra o revisionismo científico. Ao posicionar o Conselho Federal de Psicologia como um escudo contra práticas de tortura e patologização, o presidente da autarquia reafirma o compromisso da psicologia com a dignidade humana, independentemente de pressões religiosas ou ideológicas. O diálogo encerra-se com a premissa de que o reconhecimento institucional, embora vital, só atinge sua plenitude quando convertido em políticas públicas perenes que acolham as subjetividades em todas as regiões do país.

As resoluções defendidas por Pedro Paulo Bicalho no

Conselho Federal de Psicologia alinham-se a uma rede de instituições que buscam a garantia de direitos e o acolhimento da população LGBTQIAPN+ no Brasil. Além das diretrizes do CFP, existem entidades de classe e organizações da sociedade civil que oferecem suporte técnico e jurídico no combate à patologização e à violência, promovendo espaços de escuta e proteção. Entre elas, destacam-se a Aliança Nacional LGBTI+, a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). Essas frentes atuam em conjunto para que as políticas públicas mencionadas por Bicalho se consolidem como práticas de acolhimento efetivo em todo o território nacional.